

STJ00117966

VÂNIA SICILIANO AIETA

CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A FALÁCIA DA "JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA"
COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Vânia Siciliano Aieta

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

AI288c

Aieta, Vânia Siciliano

Criminalização da política : a falácia da "judicialização da política" como instrumento democrático / Vânia Siciliano Aieta. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

144 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 119-134.

ISBN 978-85-519-0387-2

1. Direito – Filosofia. 2. Direitos humanos. 3. Justiça e política. 4. Poder judiciário e questões políticas. 5. Direitos políticos – Perda. I. Título.

CDD 347.81012

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Sumário	IX
Introdução	1
I. A Proatividade da Cultura de Controle do Sistema Penal-Eleitoral a Serviço da Governança Neoliberal: a Contenção Punitiva como Técnica de Domesticação dos Atores Políticos	11
I.1. O poder de interferência dos meios de comunicação de massa na manipulação da opinião pública e o nascimento de vilões indesejáveis à sociedade espetáculo: o homo sacer contemporâneo e o sacrifício dos direitos políticos através da pena de inelegibilidade e das prisões impostas pelo Ordenamento Jurídico	13
I.2. O espetáculo de “decapitação” dos políticos promovido pela “teatralização” da penalidade nos pré-julgamentos midiáticos atentatórios ao devido processo legal: a construção do estado de exceção.....	20
I.3. O embate entre a cidadania política libertária em face da tanatopolítica a serviço da condenação dos cidadãos ao esvaziamento da cidadania imposta por processos inquisitoriais desqualificadores da Política: o surgimento da antipolítica e a criminalização dos políticos indesejáveis ao sistema como instrumento da construção maniqueísta do arquétipo neoliberal de um Poder Judiciário justiceiro e implacável.	25

II. A judicialização da Política e o perigo da politização da Justiça	43
II.1. A falácia da “judicialização da Política” como instrumento de concretização democrática e o perigo da politização da função judicante.....	43
II.2. Da judicialização da política à politização da vida: do estado de exceção hermenêutico à colonização da vida	56
II.3. Ativismo judicial e o eterno retorno ao estado de exceção hermenêutico na jurisdição constitucional	64
II.4. Habermas e a problematização da judicialização da política através de hermenêutica da Teoria do Agir Comunicativo.....	68
II.5. A politização das relações biológicas e o estado de exceção em Giorgio Agamben.....	72
III. A Influência dos Fatores Psicológicos Inconscientes e o Legado Axiológico do Intérprete na Construção da Decisão Judicial: a Ideologia Pessoal do Magistrado Influenciando as Decisões Judiciais Eleitorais e Criminais.....	81
Conclusões.....	107
Referências Bibliográficas	119